ENTRE A REVOLUÇÃO E O IMPÉRIO: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ CARLOS MAYRINK DA SILVA FERRÃO (1817-1850)

Felipe Francelino de Oliveira[1]
Paulo Henrique Fontes Cadena[2]

RESUMO: Em 1815 chega ao Brasil o navio batizado de "Sinceridade", capitaneada por José da Silva Neves, segundo o site www.slavevoyages.org, base de dados sobre o tráfico de almas para as Américas. Nesse momento José Carlos Mayrink da Silva Ferrão não tinha ainda se tornado presidente da província e senador de Pernambuco, o que viria a acontecer anos depois. Contudo, antes de ocupar esses cargos, Mayrink já estava envolvido na política, nas revoluções e no tráfico aqui no Recife, mesmo sendo natural de Ouro Preto. Conseguimos descobrir a participação de Mayrink com o tráfico negreiro através de seu inventário post-mortem: fruto da morte. Nele, através da lista de dívidas, identificamos as diversas relações que construiu. Nossos objetivos para essa pesquisa é examinar as dívidas de Mayrink, compreender as relações entre os diversos sujeitos do tráfico de cativos, presentes entre os inventários e periódicos e montar a rede de interação dos mais diversos sujeitos que aparecem na documentação. Utilizamos de "O Nome e o Como" de Carlos Ginzburg para operar os nomes dos sujeitos como fio condutor da pesquisa. Para descobrir as funções dos sujeitos na sociedade e na vida de Mayrink utilizamos a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico. Política. Mayrink.

INTRODUÇÃO

Em 1542, o donatário Duarte Coelho solicitou à Coroa autorização para a busca de cativos da Guiné, para Pernambuco. Marcus Carvalho afirma, que ele "foi bem sucedido" (CARVALHO, 2014, p. 240). Duarte Coelho não foi o único a colher frutos dessa cruel exploração. O comércio continuou bastante acelerado. Se analisarmos, atentamente, os números são assustadores: entre 1801 e 1825, Pernambuco recebeu 170.000 cativos, aproximadamente. E se pensarmos que, entre o início do século XVI e 1867, Recife era o quarto porto das Américas, a receber escravos, só ficando atrás do Rio

[1] Aluno de história da UNICAP, PIBIC voluntário orientado pelo Professor Paulo Henrique Fontes Cadena. E-mail: felipefrancelino88@gmail.com
[2] Professor Dr pela Universidade Católica de Pernambuco e pelo programa de Pós Graduação UFPE.

de Janeiro, Salvador e Kingston (Jamaica)[3], percebemos que o comércio transatlântico de gente movimentou gigante número de pessoas e dinheiro. Claro que as informações estão nas estimativas. Os números podem ser muito maiores. Era um intenso comércio que fazia sofrer cativos e ganhar dinheiro a muitos comerciantes. Como indicaram Eltis e Richarson, depois das proibições de tráfico na década de 1810, os espanhóis, franceses e portugueses substituíram os norte-americanos, dinamarqueses e britânicos, no tráfico, fazendo subir as cifras de números de cativos anteriormente trazidos para as Américas. Brasil e Cuba ficavam sendo os maiores receptores de gente escravizada da África, com mais de três quartos desses escravos advindos do Sul do Equador (ELTIS; RICHARDSON, 2010, pp. 204-278). Mas, como tudo isso acontecia, também a partir de 1831, quando o comércio de gente se tornava ilegal? Era o poder político-financeiro que sustentaria esse negócio.

Manolo Florentino ilustrou, para o Rio de Janeiro, como se dava a ação dos traficantes entre os séculos XVIII e XIX. Estudou como agiam os sujeitos entre o Rio de Janeiro, Angola, Moçambique e outras partes de África, levando em conta, dentre outros aspectos, as ações financeiras (FLORENTINO, 2014). Para Pernambuco, Marcus J. M. de Carvalho vem trabalhando para compreender as ações dos traficantes dentro da política e da sociedade. No livro "Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850", já analisou como alguns agentes estavam postos no comércio de carne humana (2010). Surgindo das pesquisas de Carvalho, duas dissertações de mestrado foram defendidas por Aline de Biase (2016) e Amanda Barlavento (2016): as autoras buscaram perceber dois traficantes que agiam em Pernambuco: a primeira estudou o Visconde de Loures; a segunda, o Barão de Beberibe, personagens que se completam na estrutura do tráfico de Pernambuco.

O assunto do tráfico de africanos continua sendo explorado pelos pesquisadores das humanidades. Podemos encontrar rastros, nos aproximar dos sujeitos. Entretanto, como espertos criminosos que eram, faziam suas arapucas sem deixar muitas pistas. Entretanto, os jornais são uma boa fonte de direção. Marcus Carvalho já demonstrara isso

[3] ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade.* New Haven/ London: Yale University Press, 2010.

(2010). Pretendemos dar continuidade na busca das pistas dadas nas entradas e saídas do porto, nas notas de escravos fugidos e perceber como a rede dos traficantes atuava em Pernambuco. Contudo, outra fonte nos ajudou nesse processo de aproximação dos criminosos, os inventários post-mortem: fruto da morte, revelam-nos as vidas das pessoas e suas diversas relações.

TRAJETÓRIA DE JOSÉ CARLOS MAYRINK DA SILVA FERRÃO

José Carlos Mayrink da Silva Ferrão foi político na província de Pernambuco, com origem Mineira, nascido em cinco de dezembro de 1771. Mayrink era um homem que sabia se relacionar muito bem com as pessoas e usou isso para galgar cargos públicos durante sua vida. No Rio de Janeiro, onde foi para estudar, Mayrink conheceu Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que foi nomeado por D. João como presidente da província de Pernambuco em 1804. Mayrink chega em Pernambuco no mesmo ano que seu amigo Montenegro por meio de carta régia, que o nomeava secretário da província de Pernambuco[4]. Todavia, o cargo de secretário da província não era um cargo desconhecido para Mayrink, ele tinha a experiência sendo secretário da província do Mato Grosso.

Inicialmente Mayrink ficaria no cargo durante 3 anos apenas – 1804 -1807 – contudo Montenegro, que ainda estava como presidente da província de Pernambuco, enviou em 1806 uma carta a D. João implorando a continuação de Mayrink no cargo[5]. O pedido de Montenegro foi aceito por D. João e Montenegro e Mayrink caminharam juntos como presidente e secretário de Pernambuco até 1817.

Para entender um pouco da vida de Mayrink precisamos entender suas movimentações na revolução de 1817. 1817 foi um ano conturbado para Pernambuco com a revolução pernambucana e Montenegro e Mayrink estavam envolvidos de alguma forma nesse evento. Montenegro estava do lado oposto dos revolucionários e foi deposto do seu cargo. Enquanto Mayrink é acusado de participar ativamente. De acordo com Jeffrey Aislan, no trabalho: "O Tribunal da Relação de Pernambuco: conflitos,

[4] PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx 233/Doc.15711
[5] PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 258/Doc. 17332

governança e atuação política dos magistrados (1795-1822)", Mayrink foi acusado pelo desembargador Ozorio de Castro de participar do movimento revolucionário. Ozorio dirá que a culpa de Mayrink seria facilmente descoberta se questionar Montenegro, o ex-governador da província, o mesmo que em 1806 mandará uma carta ao Rei pedindo a permanência de Mayrink como secretário da província que ele governava. (AISLAN, 2021, p 155).

Entretanto Mayrink não foi apenas acusado. Luís do Rego encarregado de governar a província depois da queda dos revolucionários gastou seu tempo, tinta e papel para tentar defender Mayrink frente ao Rei das acusações de ter participado dos eventos de 17. Luís do Rego ainda disse que se Mayrink tivesse de alguma forma participado em algum momento dos eventos revolucionários teria feito por te sido obrigado, não por acreditar e defender tal movimento. Além das defesas feitas por Luís do Rego, Mayrink ainda foi agraciado com um pedido de Luís do Rego a D. João para a manutenção do seu cargo como secretário da província.

Mayrink não foi condenado por participar da revolução em 1817, as palavras de ditas por Luís do Rego tiveram mais efeitos que as palavras do desembargador Ozorio de Castro. Podemos ver nesse momento a boa capacidade que Mayrink tinha de se relacionar com quem poderia de alguma forma oferecer o que ela buscava em alguns momentos. Segundo Glacyra Lazzari Leite, Luís do Rego não defendeu apenas Mayrink, mas outros políticos e comerciantes como Bento José da Costa[6]. Leite vai nos dizer ser Bento José da Costa foi uma figura típica do movimento de 17 que conseguiu sair livre das suas atuações no movimento, muito devido a suas atividades econômicas que eram muito importantes para a província (LEITE, 1988, p 125). Mayrink valeria muito mais para Luís do Rego livre, exercendo suas funções de político e comerciante, do que valeria preso e possivelmente morto. Mayrink aproveitou dessa oportunidade para que Luís do Rego usa-se suas belas palavras para protegê-lo e mostrar em Mayrink uma figura que amava e deseja o Brasil unido.

[6] LEITE, Glacyra Lazzari. Pernambuco 1817: estruturas socias. Recife: FUNDAJ, ED. Massanga, 1988

Sendo assim, conseguiu Mayrink continuar sua carreira política em Pernambuco chegando a cargos mais importantes que secretário da província. Mayrink foi o primeiro senador de Pernambuco e permaneceu no cargo durante anos. Saiu do cargo para ocupar outra cadeira de grande importância: a presidência da província.

A vida familiar de Mayrink não estava desligada da vida profissional, para ele era comum utilizar sua família para estreitar laços com pessoas que pudessem lhe servir de algum modo. Podemos analisar o caso de Mayrink com a família Pires Ferreira. A família Pires Ferreira foi uma família envolvida na política, comércio e tráfico de cativos em Pernambuco. Gervásio Pires, comerciante e traficante era tio da esposa de Mayrink, Joanna Maria de Deus Pires Ferreira Gomes. Mayrink e Joanna Maria tiveram filhas e filhos, oportunidades para Mayrink entrelaçar ainda mais os nós que o ligavam a família Pires Ferreira. Uma dessas filhas foi Maria Catharina Leonor de Seixas Ferrão que se casou com José Pires Ferreira, filho de Gervásio Pires. Ainda outra filha de Mayrink casou-se com outro filho de Gervásio Pires, Antônio Pires Ferreira.

Podemos ensaiar uma análise da relação de Mayrink e Gervásio. Sabemos que não é uma relação circunstancial ou isolada, temos uma relação bastante próxima entre os dois, pois eram parentes bem próximos. Talvez por essa proximidade que a desculpa para a não participação da revolução pernambucana dos dois tenham sido tão parecidas. Tanto Mayrink como Gervásio alegaram que no momento da revolução estavam doentes e por isso os eventos ocorridos não tenham contado com a presença deles[7]. Não é improvável que os dois sujeitos tenham combinado ou influenciado um ao outro a usar esse argumento para provar sua inocência.

MAYRINK DA SILVA FERRÃO ERA TRAFICANTE?

Nesta pesquisa nos dedicamos a pesquisar o inventário post-mortem do primeiro senador de Pernambuco e participante da revolução pernambucana, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão. Um de nossos objetivos era entender quem foi José Carlos Mayrink

[7] LEITE, Glacyra Lazzari. Pernambuco 1817: estruturas socias. Recife: FUNDAJ, ED. Massanga, 1988. Leite nesse trabalho não comenta sobre Mayrink, conseguimos fazer essa relação analisando a seu texto e a carta de Luís do Rego a D. João.

discutido na primeira parte deste trabalho. Nosso outro objetivo era entender se Mayrink em suas relações tinha alguma relação com o tráfico de cativos, o que pretendemos discutir nesse segundo ponto.

Para melhor entendermos essas relações, nos baseamos em Carlos Ginzburg quando ele utiliza o nome do sujeito como fio condutor para pesquisa (Ginzburg, 1989. pág.174). Através do nome de José Carlos Mayrink e de seu inventário, conseguimos construir uma rede de relações, sejam elas de dívidas ou familiares. Uma das relações familiares já mencionado é o caso das filhas do senador casada com filhos de Gervásio Pires, comerciante e político pernambucano. Um desses seus genros, Antônio Pires Ferreira, tinha certa quantia a receber de Mayrink, que descobrimos através de seu inventário.

Na lista de dívidas do senador estavam políticos, tenentes, comerciantes e traficantes de escravos[8]. Analisando a lista de dívidas presente no inventário de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, chegamos ao nome de José da Silva Neves[9]. Silva Neves foi capitão de 2 embarcações que fizeram 3 viagens durante os anos de 1806 a 1819. O Minerva foi uma viagem, sendo ele e Manoel José da Silva Guedes os capitães, partindo de Lisboa para comercializar negros em Luanda e desembarcar na Bahia. Enquanto o Sinceridade foram detectadas duas viagens (1815-1819). Essa embarcação saia da Bahia com mesmo destino e objetivo que o Minerva e retornava a Bahia para desembarcar os escravizados[10].

Para conseguimos essas informações sobre as viagens feitas por Silva Neves a plataforma site www.slavevoyages.org, base de dados sobre o tráfico de almas para as Américas, foi muito importante. Através dele conseguimos montar uma especie de gráfico contando a quantidade de pessoas que embacaram nos navios capitaneados por José da Silva neves, a quantidade de mortes durante a travessia do Atlantico e o número de escravizados que desebarcam nos portos brasileiros.

[8] NSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (IAHGP). **Inventário José Carlos Mayrink da Silva Ferrão.** Recife, 1846

[9] Identificamos que existia uma dividida de 307 mil e 666 reis entre Mayrink e Silva Neves, todavia houve um dano no papel e não conseguimos identificar se era Mayrink ou Silva Neves que tinha esse dinheiro a receber.

[10] www.slavevoyages.org: Base de dados sobre o tráfico de africanos para as Américas.

Na primeira viagem registrada de Silva Neves, 1805, quase cem pessoas morrem na viagem, 83 sendo exato. Na viagem de 1819 a quantidade de óbitos cai drasticamente, o número não chega a 10[11]. De 1805 até 1819 quatorze anos se passaram, possivelmente muitas viagens foram realizadas e além de negros adquiriram experiência e métodos para diminuir a quantidade de mortes dos cativos e assim aumentar a margem de lucro.

Gráfico 1: Quantidade de embarcados, desembarcados e mortes dos navios capitaneados por José da Silva Neves entre 1806-1819



Examinando rapidamente o Inventário post-mortem de Mayrink temos indícios de seu envolvimento com o comércio de gente. Um desses indícios era investimento em prédios urbanos. Como aponta Manolo Florentino para o Rio de Janeiro, o investimento em prédios urbanos demonstra o poder do capital do traficante[12]. Outro indício forte é a ligação do ex-senador com a companhia de Beberibe. Companhia além de ser conhecida

[11] www.slavevoyages.org: Base de dados sobre o tráfico de africanos para as Américas
[12] FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras.* Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Unesp, 2014.

pela sua preocupação com o abastecimento de água de Recife e Olinda também é famosa pelo seu envolvimento com o tráfico humano[13].

A pesquisa se divide em anos em que o comércio de carne humana é legal e ilegal, sabendo disso é ignorância pensar que os traficantes e seus acionistas deixassem a mostra suas atividades proibidas. O inventário de Mayrink é, contudo, extenso devido a quantidade de bens que possuía, todavia podemos acreditar que parte de seus bens e dívidas podem ter sido omitido para evitar pagamento de impostos e esconder suas possíveis ligações com o tráfico.

Outra discussão levantada por Manolo Florentino é a qualidade dos traficantes. Os de "Effeito Próprios" são aqueles traficantes que bancam sozinhos suas embarcações e viagens. O segundo tipo são os comissários que investem em navios de terceiros. Não conseguimos identificar qual grupo de comerciantes Mayrink fazia parte, pois identificamos uma única atividade que o liga ao tráfico. Isso não quer dizer que Mayrink investiu apenas uma vez no comercio de almas. Como já comentado, os familiares de Mayrink podem ter eliminado do seu inventário possíveis indícios que levassem a mostrar que ele estava ligado ao comércio de gente. Outra característica da categoria dos traficantes é a flexibilidade. Um traficante que investisse nas viagens de terceiros poderia se tornar um traficante de effeito próprios depois de obter lucros com suas empreitadas iniciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mayrink era um cidadão que se cercava de pessoas que poderiam lhe ajudar, seja na vida política ou na vida de traficante. Como já citado, casou 3 de suas filhas com os filhos de Gervásio Pires que além de político teve suas operações no comércio de gente. Comprovamos, então, que o primeiro senador de Pernambuco proporcionou a vinda de diversas pessoas para o Brasil como escravizadas.

Ao contrário de Gervásio as ligações com José da Silva Neves não puderam ser analisadas qualitativamente devido ser um único fato que ligam os dois personagens. Mas

[13] BARVALENTO, Amanda. A Trajetória de Vida do Barão de Beberibe, Um Traficante de Escravos no Império do Brasil (1820 – 1855) 2016

isso não significa que os dois sujeitos só se encontraram em um único momento, talvez essa relação entre eles seja bem mais próxima quem uma única divida possa nos mostrar. O importante para o momento é entender que entre Mayrink e um traficante de gente houve uma relação de dividas. Muito dificilmente essa devida viria de alguma aposta entre os dois sujeitos tenham feito. O mais provável é que essa divida envolvendo os Mayrink e silva Neves esteja ligada ao tráfico de cativos.

Apesar do grande currículo como politico de Pernambuco, Mayrink foi pouco analisado pela historiografia. O trabalho de Jeffrey Aislan trata de Mayrink como politico e participante da revolução de 1817, pouco temos do Mayrink traficante de cativos.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle de Biase. *De "Angelo dos retalhos" a Visconde de Loures:* a trajetória de um traficante de escravos (1818 – 1858). Recife: UFPE. Dissertação de Mestrado, 2016.

BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos.* Brasília: Senado Federal, 2002.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado:* trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: UFPE, 2013.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O Vice-Rei:* Pedro de Araújo Lima e a Governança do Brasil no século XIX. Recife: UFPE, tese de doutorado, 2018.

CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique.* Porto: Afrontamento, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade:* rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J.M. de. *Pernambuco e Brasil nas rotas do tráfico atlântico.* in: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *História e Historiografia:* Perspectivas e abordagens. Recife: UFPE, 2014, pp. 239 – 262.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão:* ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade.* New Haven/ London: Yale University Press, 2010.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras.* Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Unesp, 2014.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro – História e outros ensaios.* Lisboa: Difel, 1989, pp. 169 – 178.

GOMES, Amanda Barlavento. *A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855).* Recife: UFPE. Dissertação de mestrado, 2016.

IMIZCOZ, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía Doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). *Economía Doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen.* Madrid: Sílex, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres* – A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores & Negociantes.* História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 403 – 434.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema:* a formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil:* 1826 – 1865. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M.de. *O Alufá Rufino* – tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 – c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, Gláucio. *O Gabinete Olinda e a política pernambucana. O Desembarque de Sirinhaém.* Recife: UFPE, 1977.